

Domingo

Teresina, 28 de fevereiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS, VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ FINANÇAS PÚBLICAS

Gastos colocam o Governo em estado de alerta máximo

Situação econômica levou o Estado a adotar uma série de medidas para conter gastos.

LUCIANO COELHO
REPORTER DE POLÍTICA

O secretário de Fazenda, Rafael Fonteles, revelou que o Estado acendeu a luz de alerta máximo devido à frustração de receita. Ele reclamou que as principais receitas do Estado caíram. E citou especificamente o Fundo de Participação do Estado (FPE), a principal receita, que teve queda de 26% em relação ao mesmo período do ano passado.

Diante do quadro, ele voltou a dizer que existe possibilidade do Estado atrasar a folha de pagamento do funcionalismo público. “Não podemos descartar essa possibilidade”, comentou Rafael Fonteles.

A equipe econômica do Governo está debruçada em planejamento de ações e medidas de adequação. As medidas que foram anunciadas são exatamente para evitar chegar a essa situação. “São medidas



Foto: Divulgação

SECRETÁRIO RAFAEL Fonteles alertou para a possibilidade de atrasar a folha de pagamento do Estado

para frear as despesas, sem prejudicar os serviços essenciais à população. E muitas dessas medidas carecem de aprovação em lei”, explicou o secretário de Fazenda.

Para tentar buscar receita, ainda está sendo proposta a venda dos imóveis e terras do Estado e a reativação da Loteria do Estado do Piauí, fecha-

da há mais de duas décadas. O Governo acredita que pode arrecadar cerca de R\$ 40 milhões por ano com a Lotepi.

Com relação à LRF estadual, o secretário disse que as adequações à realidade estadual e reduzir os gastos públicos.

O Banco Central informou que o setor público registrou superávit de R\$ 27,9 bilhões em

janeiro deste ano, aumento de 33% em relação ao mesmo mês do ano passado. Houve melhora na esfera federal, mas piora nos dados dos governos regionais.

O Banco Central informou ainda que Estados e municípios fecharam o mês de janeiro com superávit de R\$ 7,98 bilhões, abaixo dos R\$ 10,5 bilhões do mesmo período de 2015.

Secretário afirma que a crise está duradoura

Segundo o secretário de Fazenda, Rafael Fonteles, a crise financeira e econômica do Estado está ganhando ares de “profunda e duradoura”. Por isso mesmo, o governo tenta implementar medidas para “aproveitar as oportunidades tão logo elas surjam. Será outro ano tão difícil quanto 2015”, completou o secretário, pedindo mais prudência.

O ICMS teve crescimento

de 10,45%. Contudo, esse crescimento de receita foi menor que a inflação. O fato gerou um “crescimento negativo”. “Esse é o imposto que sustenta a máquina pública estadual”, comentou Rafael Fonteles. O mesmo problema houve com as receitas de transferências em que o Fundo de Participação dos Estados (FPE) teve crescimento de 3%, mas não cobriu a inflação do período.

A expectativa do Estado é de um primeiro aporte de US\$ 200 milhões e, posteriormente, outros recursos a partir do cumprimento das metas. “Isso salvaguardaria os investimentos”, explicou o secretário. As apostas do governo estão concentradas no aporte de recursos de empréstimos com instituições financeiras.

“O problema deste ano são as despesas correntes: custeio e folha de pagamento”, apontou o

secretário. Há um déficit previsto de R\$ 900 milhões a R\$ 1,1 bilhão para resolver. Somente no último quadrimestre houve aumento de 11,29% relativos a reajustes na folha de pessoal. Somente o aumento dos professores no ano passado teve de impacto na folha R\$ 130 milhões. “A ideia é ter reajustes salariais mais compatíveis com o crescimento da receita. É um nó que temos hoje nas finanças públicas”, apontou. (LC)



TCE quer que Chico Filho devolva R\$ 370 mil recebidos ilegalmente do Emater

26/02/2016 • 12:11



O ex-deputado e ex-prefeito de Uruçuí Chico Filho recebeu irregularmente do Emater durante 4 anos pagamentos que totalizam cerca de R\$ 300 mil sem ter qualquer vínculo com o órgão, mesmo depois de ter sido exonerado do cargo pelo então governador Wilson Martins devido a prisão dele na “Operação Geleira” da polícia federal, em janeiro de 2011. Chico Filho, ainda assim, recebeu pagamentos até dezembro de 2014.

A decisão do TCE tem a finalidade de persuadir o ex-deputado e ex-prefeito a ressarcir o estado dos valores recebidos irregularmente. De acordo com a procuradoria do TCE, de janeiro de 2011, mês em que Chico Filho foi exonerado, o Emater remunerou dois diretores gerais em sua folha de pagamento, totalizando R\$ 376.399,80, sendo que o ex-deputado não tinha qualquer vínculo com o órgão e não prestou serviço.



Carlos Eugênio

Carlos Eugênio

Médico também é psicólogo - 27/02/2016 às 13h05

TCE descobre servidores acumulando cargos e outros sem formação exigida



Curtir

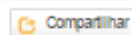
130



Tweet



G+ 0



Compartilhar



TCE descobre que folha de Bom Jesus tem médicos acumulando outros cargos

Depois de levantar por amostragem a situação da folha de pagamento do município de Bom Jesus, o TCE descobriu irregularidades e fraudes nas folhas de pagamento. No processo TC-018502/2014, a folha 5 pede justificativa ao gestor sobre acúmulo de cargos de vários servidores municipais, que extrapolam os limites estabelecidos pela Constituição Federal .

Constam na folha SAGRES do TCE/PI, 551 servidores em janeiro de 2013 sendo pagos pagos pela prefeitura, dentre eles servidores com cargos que não condizem com a formação e qualificação profissional. Na folha de dezembro de 2013, 691 servidores sendo pagos, muitos deles em duplicidade, em diferentes funções.

No relatório, com relação ao acúmulos, médicos recebem também como psicólogos, dentistas recebem também como apontador de obras, auxiliares de enfermagem ganhando também como fiscal de tributos, a advogada e atual Controladora-Geral do município que também recebe como nutricionista, bioquímico recebendo também como conselheiro tutelar.

Em 06 de janeiro de 2016, o vereador Wênio Alves dos Santos solicitou junto ao TCE/PI, a apuração, em caráter de urgência, de diversas irregularidades e ilícitos na gestão do prefeito de Bom Jesus, Marcos Antônio Parente Elvas Coelho, nos anos de 2013 a 2015 e apresenta ainda outras irregularidades como a compra de combustíveis em um posto de uma prima do prefeito, a compra de remédios na farmácia de uma farmaceutica do município, dentre outras.



Carlos Eugênio

Carlos Eugênio

Restos a pagar - 28/02/2016 às 08h26

Veredores de Canto do Buriti denunciam prefeito por irregularidades

Curtir 58

Tweet

+1 0

Compartilhar

Os vereadores de oposição da cidade de Canto do Buriti, denunciaram o prefeito Marcos Nunes Chaves ao Ministério Público Federal, TCE-PI e Polícia Federal. A primeira denúncia é por conta de irregularidades no Fundeb.

O gestor teria pago em seis de janeiro de 2014, pela conta do Fundeb nº 16.976-5 o empenho 229, datado de 30/12/2013, inerente à folha de pagamento dos servidores do Fundeb de dezembro de 2013, cujo valor do empenho de R\$ 39.617,77, que após as retenções teria como valor R\$ 36.457,47, entretanto no dia 31/12/2013, o saldo existente era de R\$ 3.053,19 sendo por consequência essa despesa classificada como restos a pagar de 2013, não podendo essa despesa ter sido paga. Em 2015 a mesma prática teria sido adotada pelo gestor.

Na manhã deste sábado (27), reunidos na câmara, os vereadores da oposição enumeraram outras denúncias que motivaram outros pedidos de investigação na prestação de contas do prefeito, como a obra de uma escola que está sendo construída na zona urbana do município, onde já foram repassados R\$ 1.590.198,90 e a obra está paralisada e longe de ser concluída.

A construção de uma pista de cooper, iniciada em junho de 2015, com recursos do Ministério do Esporte, no valor de R\$ 259.485,66 é outra obra iniciada e que também não foi concluída.